

RELATÓRIO ANÁLITICO
TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO
UFMS/CNPQ/SDT/MDA

EQUIPE

PATRÍCIA CAMEPÃO - COORDENADORA

OLIVIER VILPOUX - COLABORADOR

ARGEMIRO ALMEIDA – TÉCNICO DA CÉLULA

JULHO/2012

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território da Grande Dourados abrange 12 municípios apresentando as seguintes características:

- abrange uma área de 21.245,90 Km² de extensão (6% da área do Estado de Mato Grosso do Sul);
- possui 352.047 habitantes, sendo 73,12% em área urbana e 26,88% em área rural, 49,71% homens e 50,29% mulheres. A população aumentou 16,10% nos últimos 10 anos;
- a densidade demográfica (média do território) é de 18,92 hab/km²;
- PIB total do Território é de 202,49 e PIB *per capita* (média do território) de 9.671, estando abaixo da média do Brasil e abaixo da média Estadual de 14.188; o município de maior PIB é Rio Brillhante-MS, representa 11,78% do total e o de menor PIB é de Vicentina, representa 5,03% do total;
- há presença de 1.872 famílias assentadas, oito comunidades indígenas e uma comunidade quilombola;
- a condição político-partidária dos gestores municípios divide-se em 25% do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, 25% do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, 16,66% do Partido Socialista Brasileiro – PSB, 16,66% do Partido dos Trabalhadores, 16,66% do Partido da República – PR, 8,34% do Partido dos Trabalhadores - PT e 8,34% do Partido Democrático Trabalhista – PDT.
- a arrecadação total de ICMS repassado aos municípios do Território em 2010 foi de R\$ 59.127.311,17, sendo o município de Dourados - MS o que tem a maior participação com 59,54% do total e o município Jateí - MS obteve a menor participação na distribuição do ICMS, com 0,86% do repasse;
- atividades produtivas com uma boa diversificação são: a prática da pecuária de corte e leite, com numeroso rebanho bovino, avicultura e de suínos, assim com, a culturas de soja, arroz, café, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim e cana-de-açúcar.

- de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE/2006, há no Território da Grande Dourados 7.337 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando uma área total de 177.961 ha e 2.914 estabelecimentos não familiares ocupando área de 1.632.174 ha.
- os estabelecimentos da agricultura familiar representam 72% dos estabelecimentos rurais do Território ocupando apenas 10% da área ocupada, com tamanho médio da propriedade de 24 hectares. Já em todo Estado de Mato Grosso do Sul os estabelecimentos familiares representam 63% dos estabelecimentos rurais e ocupam 4% da área ocupada, com tamanho médio da área de 29 hectares.
- os agricultores familiares do Território representam 18% do total do Estado e 15% da área ocupada pela agricultura familiar. Este é um dado significativo tendo em vista que o Território como um todo ocupa apenas 6% da área do Estado.
- os principais produtos da Agricultura Familiar no Território são a pecuária de leite, avicultura e suinocultura e na agricultura a cultura do Arroz, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Milho, Soja, Sorgo, hortaliça e Trigo, os quais são comercializados na própria região; Segundo Figueiredo et al. (2011), o Mato Grosso do Sul possui a menor participação relativa de produtos oriundos da horticultura entre os Estados do Centro-Oeste, apresentando uma elevada diversificação de cultivos. O município de Dourados, em particular, se sobressai no cultivo da cenoura.

2. IDENTIDADE

A identidade no território da Grande Dourados é abordada a partir dos Índices elaborados pela SGE.

A análise identifica vários fatores apontados como importantes para a formação da identidade do território, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados dos fatores responsáveis pela formação da Identidade Territorial.

Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,820	Alto
2. Agricultura familiar	0,808	Alto
3. Economia	0,837	Alto
4. Pobreza	0,756	Médio Alto
5. Etnia	0,702	Médio Alto
6. Colonização	0,656	Médio Alto
7. Político	0,734	Médio Alto

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Com base nos resultados conclui-se que não existe um fator de destaque na formação da identidade do território. Quando considerada a questão aplicada aos entrevistados, percebe-se que a mesma não favorece a priorização dos fatores, levando apenas a uma indicação de quais fatores são importantes para a definição ou existência do território.

Apesar da pequena diferença entre os resultados obtidos, os fatores que prevalecem em relação à definição dos limites do território são a agricultura familiar e as atividades econômicas (Figura 1). Pode-se pensar que a diferença entre esses dois fatores seja mínima, visto que a agricultura familiar é uma atividade econômica e como tal, é um dos principais pontos das ações de desenvolvimento territorial. Por outro lado, evidencia-se uma preocupação maior com aspectos produtivos e econômicos do que com aspectos sociais.

A identidade dos povos que compõem o território foi considerada como de menor relevância.

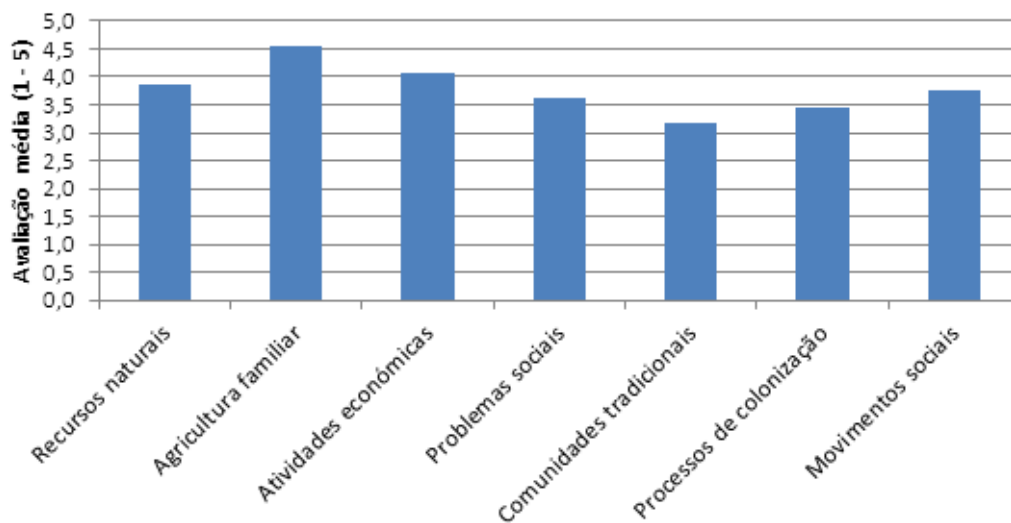


Figura 1. Importância de alguns aspectos selecionados em relação à definição dos limites do território.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Quando se considera os aspectos importantes para o futuro do território, as atividades econômicas e a agriculturas familiar continuam nas primeiras posições, juntas com o meio ambiente. Esse resultado parece indicar uma preocupação dos entrevistados em relação à importância do meio ambiente para o desenvolvimento do território, apesar deste não ter sido considerado tão importante para a definição dos limites do território.

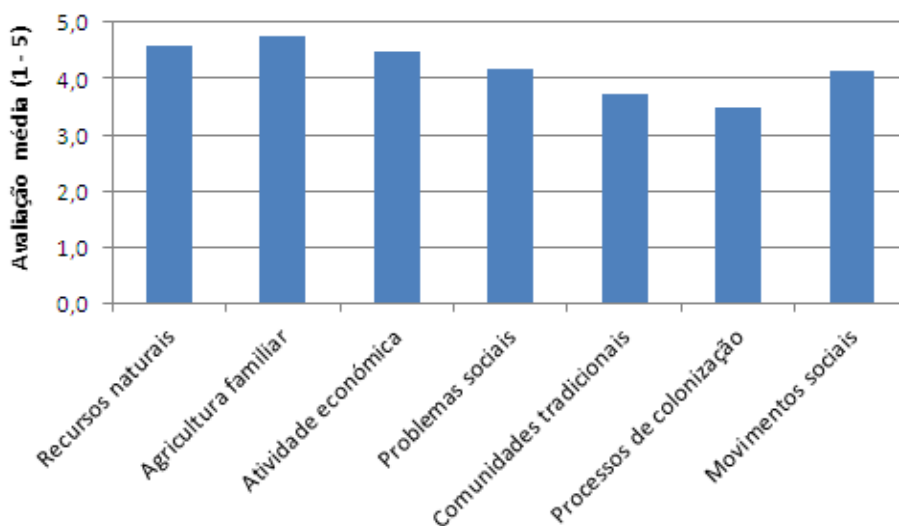


Figura 2. Importância de alguns aspectos selecionados em relação à visão de futuro do território.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A origem dos habitantes do território e as comunidades tradicionais, apesar da Grande Dourados ser o território com maior população indígena do estado, não foram consideradas como muito importantes para os entrevistados.

3. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Os resultados da pesquisa sobre Capacidades Institucionais são divididos entre os resultados agregados, elaborados a partir dos índices apresentados pela SGE, e os resultados individuais, a partir da análise das principais variáveis pesquisadas.

3.1. Índices relativos à Capacidade Institucional

Entre os fatores utilizados para medir a Capacidade Institucional, os de Infraestrutura Institucional, Capacidade Organizacional e Gestão dos Colegiados apresentam os melhores índices (Tabela 2). Em paralelo, o indicador de Iniciativa Comunitária apresenta nível baixo.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 2, torna-se difícil entender como uma população com baixa capacidade de se organizar socialmente (Iniciativa Comunitária) para discutir sobre desenvolvimento e estabelecer alianças para defender seus interesses, possa apresentar uma boa capacidade organizacional, que passa pela organização dos produtores em cooperativas, cadeias produtivas, acordos de comercialização, entre outros.

Tabela 2. Resultados dos Indicadores de Capacidade Institucional.

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,408	Médio
1. Gestão dos Colegiados	0,570	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,582	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,309	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,407	Médio
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,264	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,667	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,346	Médio Baixo
8. Participação	0,437	Médio

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Contrapondo com os resultados do ICV, os fatores apresentados na Tabela 2 não deveriam prevalecer visto que a participação política (0,4) e a participação em atividades comunitárias (0,5) apresentaram baixos índices segundo a percepção da população.

Analisando-se alguns resultados do ICV, a boa avaliação da Infraestrutura Institucional não condiz com a baixa participação da população em atividades culturais (0,3), um dos índices mais baixos.

Pode-se pensar que os resultados obtidos de entrevistas com pessoas diretamente envolvidas no processo de gestão territorial não reflete, significativamente, a realidade do território, mas sim de um grupo restrito de participantes.

3.2. Variáveis de avaliação da Capacidade Institucional

Os resultados da análise da Capacidade Institucional foram obtidos a partir das respostas de um entrevistado em cada Prefeitura do território, com total de 12 entrevistados.

A grande maioria dos Municípios possui um Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDR ou CMDRS) e um Conselho de Saúde. Os Conselhos de Meio Ambiente e de Segurança Alimentar são mais raros (Figura 3).

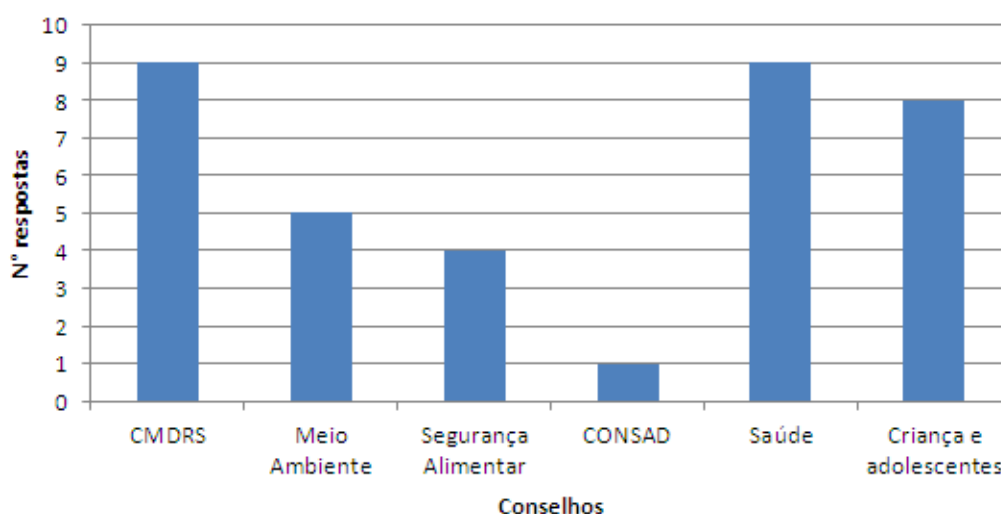
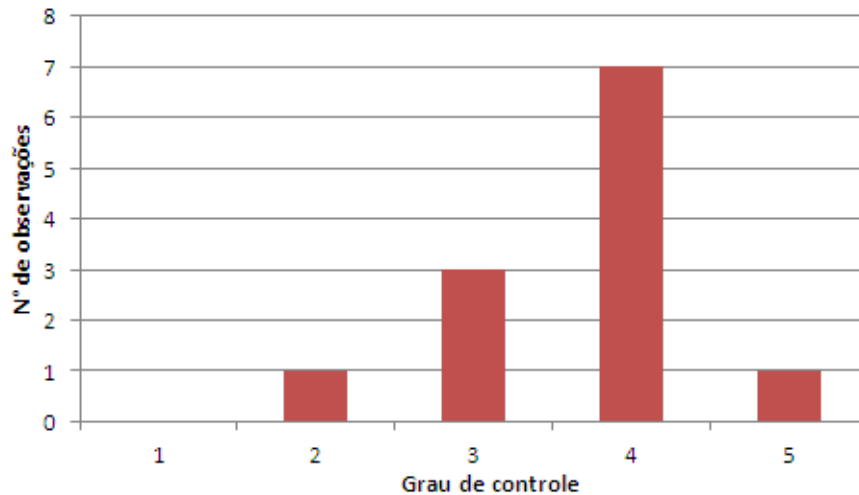


Figura 3. Tipos de Conselhos presentes nos diferentes municípios do território da Grande Dourados.
Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os entrevistados afirmaram existir um grande controle dos Conselhos sobre os financiamentos realizados. Apesar da Figura 4 indicar um papel importante desses Conselhos na administração municipal, os resultados devem ser considerados com muito cuidado, pois o controle de muitos Conselhos está na mão de representantes da Prefeitura. Nesse caso, o controle real sobre os investimentos é do Prefeito.



1: sem controle até 5: muito controle

Figura 4. Grau de controle dos Conselhos sobre os investimentos públicos, nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os responsáveis entrevistados relataram a participação de associação de agricultores familiares, de cooperativas de produtores e de sindicatos em ações de apoio à área rural (Figura 5). No entanto, um dos principais problemas da agricultura familiar no estado do Mato Grosso do Sul, incluindo o território da Grande Dourados, é a dificuldade de agrupar os produtores em associações e cooperativas. Uma interpretação possível para as respostas da Figura 5 pode ser a presença de associações de produtores mais centradas em ações políticas, mas sem muita representatividade entre os produtores.

Outro resultado relevante da Figura 5 é a pouca representatividade das associações de assentados em relação aquelas dos agricultores familiares, apesar dos dois grupos representarem um número equivalente de agricultores. Esse dado pode ser considerado como bastante representativo da realidade, pois as associações de assentados são relativamente raras. Prova disso é a pequena participação dos movimentos da reforma agrária, pouco atuantes nos assentamentos do território.

A pequena participação dos grupos de jovens pode ser outro fator de preocupação, pois estão deixando cada vez mais o meio rural e sua participação na vida rural poderia ser um meio de interessar eles e de facilitar a permanência no campo.

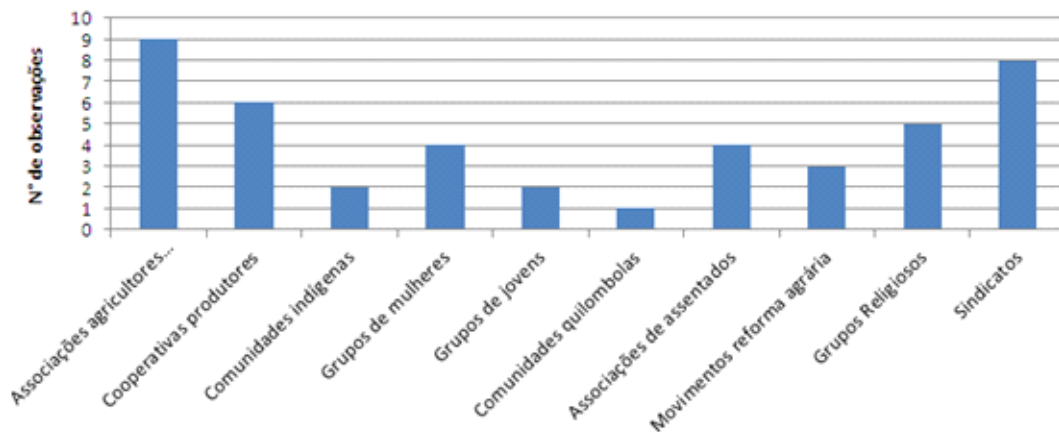


Figura 5. Segmentos sociais que realizam ações de apoio às áreas rurais nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Boa parte dos resultados de avaliação da Capacidade Institucional é bastante controversa e não representa a realidade local. Assim, a orientação dos investimentos em cadeia produtiva, declarada em 11 dos 12 municípios, presta a muitas dúvidas. A palavra cadeia produtiva é bastante de moda, mas pouca gente sabe exatamente o que significa. As informações relativas às principais cadeias produtivas presentes no território da Grande Dourados são muito escassas e dificultam a tomada de decisão em cadeia. Nesse caso, as respostas obtidas parecem indicar a falta de conhecimento sobre o que é uma decisão orientada por cadeia, por parte dos entrevistados.

Outro fato relevante é a quase ausência de contratos de comercialização nos produtores do estado, na exceção dos produtores integrados de frango e de suínos e de alguns produtores de mandioca para fecularias, atividades marginais no território da Grande Dourados. Essa ausência de contratos com a dificuldade de organização dos produtores se traduz pelas grandes dificuldades em acessar os mercados, entre eles o de alimentação escolar pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Essa análise não combina com as respostas obtidas e apresentadas na Figura 6 e parece indicar uma diferença muito grande entre a opinião dos dirigentes municipais e a realidade de seus municípios.



Figura 6. Orientação por cadeia dos investimentos municipais e existência de acordos de venda entre produtores e organizações comerciais, nos municípios do território da Grande Dourados.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A internet é o principal meio de divulgação de informações comerciais identificado pelos entrevistados (Figura 7). No entanto, informações via internet são muito gerais e de difícil acesso para os agricultores familiares. A assistência técnica foi descrita como o segundo meio mais utilizado. No entanto, a AGRAER, responsável pela extensão no estado do Mato Grosso do Sul, não trabalha com comercialização e possui muito pouca informação sobre esse assunto.

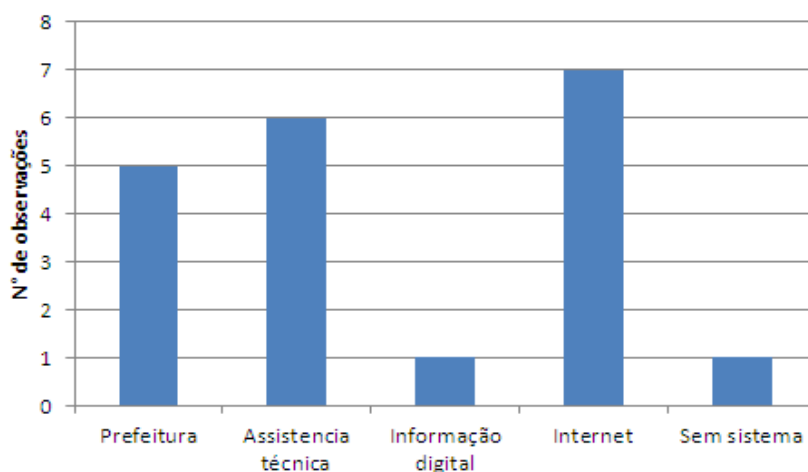


Figura 7. Meios de disponibilização das informações comerciais e de mercado nos municípios do território da Grande Dourados.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Um território se define pela cultura e a existência de regras e costumes comuns entre seus habitantes. Nesse caso, é de esperar a presença de mecanismos informais, como conselhos comunitários, para resolver problemas locais. No entanto, os mecanismos informais são bastante marginais, como mostrados na Figura 8. Para os entrevistados, a

sociedade civil recorre essencialmente a mecanismos formais, como juízes e autoridades municipais.

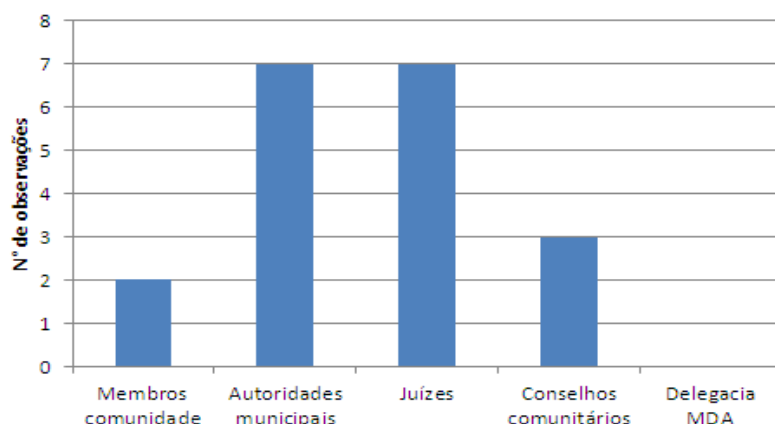


Figura 8. Mecanismos de negociação e resolução de conflitos adotados pela sociedade civil, nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS

A análise do numero anual de conflitos sociais num município pode ter duas explicações opostas: a existência de uma paz social no município, com resolução dos conflitos a partir de negociações internas, ou a ausência de interesse em relação à vida local, com falta de participação nas atividades comunitárias. Nesse caso, os resultados da Figura 9 são difíceis de interpretar.

No entanto, a Figura 8 indicou maior recurso a autoridades formais para resolução de problemas, o que não é compatível com negociações internas entre membros da comunidade. Nesse caso, os resultados da Figura 9 parecem mais indicar ausência de participação dos habitantes.

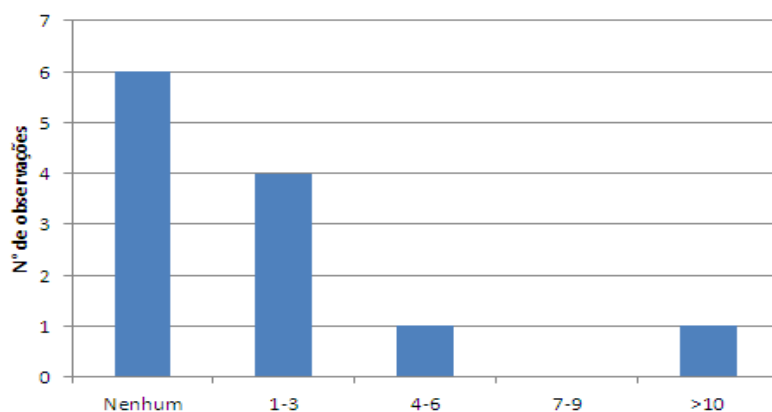


Figura 9. Numero de protestos ou manifestações sociais que ocorreram durante o último ano, nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

As opções de lazer são muito importantes numa comunidade. Elas facilitam a permanência dos habitantes na comunidade e participam do bem estar da população. Nos municípios do território da Grande Dourados, essas opções são bastante limitadas. Assim, mesmo os salões de festas e os parques são ausentes de muitos municípios, apesar de serem opções relativamente acessíveis.

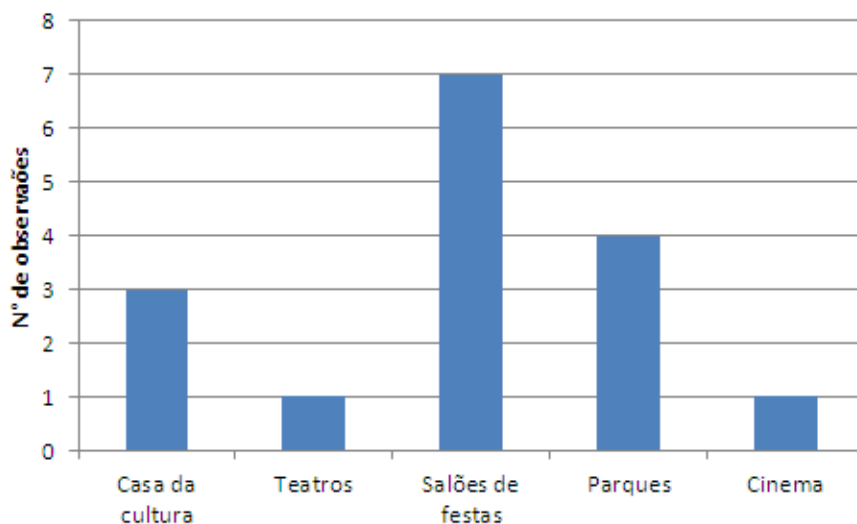


Figura 10. Estruturas existentes para as atividades culturais nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os responsáveis municipais entrevistados identificaram vários programas realizados sem o apoio do Governo. Mesmo assim, cinco dos 12 municípios do Território não possuem nenhum projeto desse tipo (Figura 11).

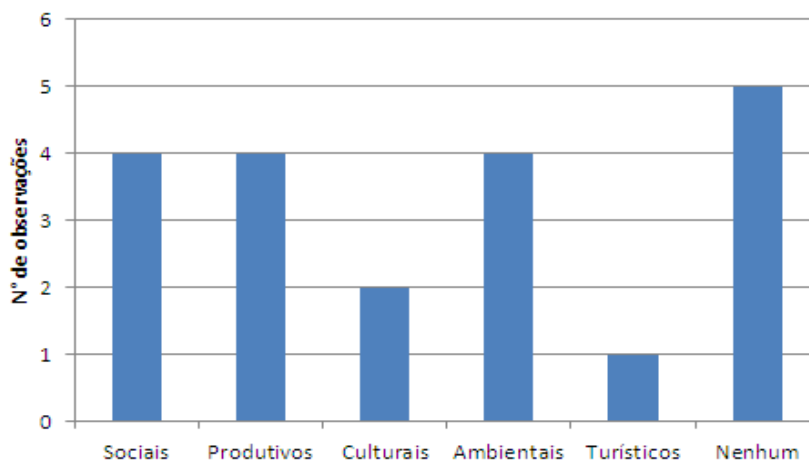


Figura 11. Projetos de iniciativa comunitária ou de produtores desenvolvidos sem apoio de governos, nos municípios do território da Grande Dourados,

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os resultados dessa variável são difíceis de interpretar, pois não está especificado quem são os responsáveis por esses projetos. Assim um projeto produtivo pode ser de um investidor individual, enquanto um projeto ambiental ou social pode ser de uma ONG originária de fora do território.

A maioria das parcerias entre os produtores e as prefeituras do território da Grande Dourados ocorrem para resolver problemas de infraestrutura ou de produção industrial (Figura 12). Esse tipo de projeto caracteriza interesses privados (empresas de produção) ou de comunidades específicas (produção ou infraestrutura), e não abordam interesses mais voltados a comunidade territorial.

As atividades culturais e os projetos sociais, que poderiam reforçar as relações sociais dentro do território, foram os menos citados.

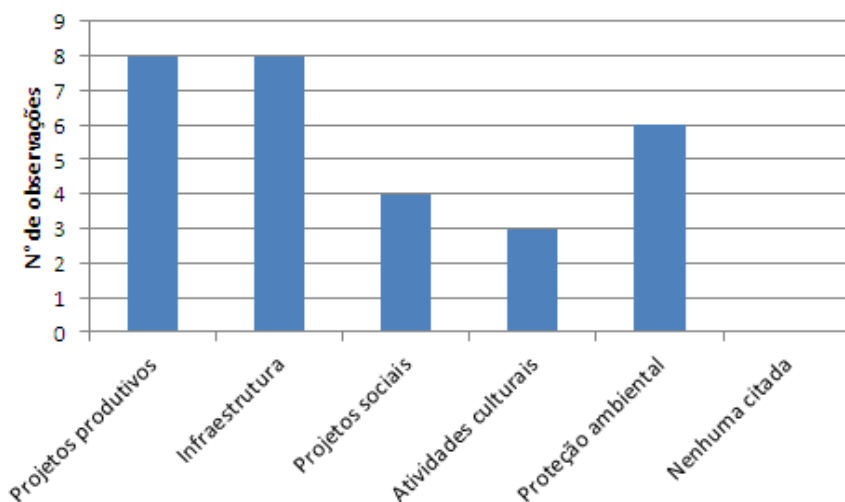


Figura 12. Finalidade das parcerias entre organizações de produtores e prefeitura municipal, nos municípios do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A análise das autoridades municipais sobre a Capacidade Institucional identificou uma descrição das atividades realizadas e da situação nos municípios que parece diferente da realidade do território.

Com uma análise mais detalhada dos resultados, aparece que as instituições informais do território (regras, costumes), baseada numa cultura local comum, são particularmente incipientes. O Território parece se apoiar mais sobre instituições formais (leis), que se apoiam sobre um poder municipal com algumas deficiências (pouca difusão de informações, falta de preocupação com lazer, desconhecimento da realidade comercial,...).

4. GESTÃO DO COLEGIADO

A análise da gestão do Colegiado foi realizada a partir dos micros dados obtidos da aplicação dos questionários aos membros do Colegiado.

Na primeira etapa da análise é importante determinar o tempo de atuação dos entrevistados no Colegiado. Assim, a maioria respondeu que atuava no Colegiado há mais de um ano. No entanto, 19 dos 59 entrevistados declararam participar a menos tempo (Figura 13). Com pouco mais de dois terços dos entrevistados participando há mais de um ano ao Colegiado, é de se esperar um bom conhecimento do funcionamento dessa instancia e das regras em vigor no território.

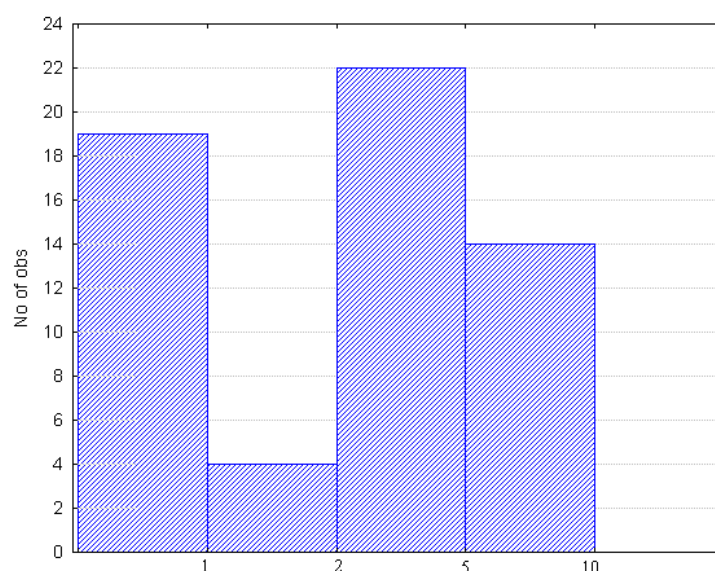


Figura 13. Tempo de participação dos entrevistados no Colegiado territorial, em anos.
Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Grande parte dos entrevistados (66,6%) admitiu a falta de um assessor técnico permanente no território (Figura 14). Essa percentagem corresponde aquela dos membros há mais de um ano. No entanto, uma análise complementar deverá ser feita para verificar a relação entre o tempo de presença no Colegiado e o conhecimento dessa informação.

Mesmo para aqueles que participam do Colegiado há menos de um ano, a presença ou não de um assessor técnico deveria ser conhecida. A alta percentagem de respostas erradas indica uma falta de conhecimento básico sobre a situação do Colegiado.

A situação levantada demonstra sérios problemas na capacidade do Colegiado em administrar a contratação do técnico junto às entidades parceiras e a SDT, com alegações recorrentes de que esse aspecto não depende do Colegiado.

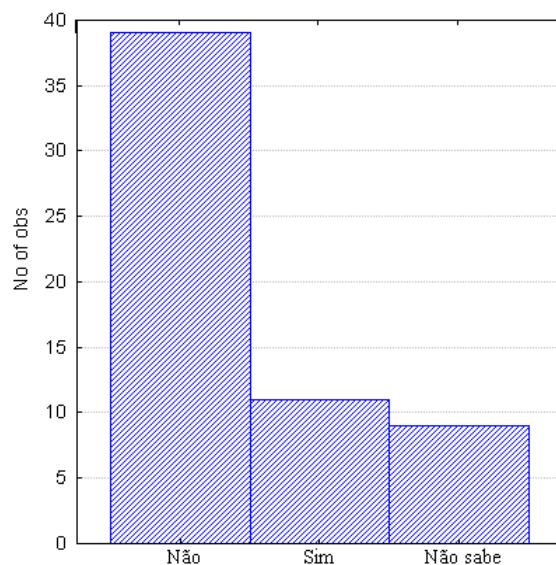


Figura 14. Existência de um assessor técnico que apóia permanentemente a gestão do Colegiado.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Na ausência do assessor técnico, uma maioria dos entrevistados apontou os técnicos do governo estadual como substitutos nesta função (Figura 15). São, de fato, técnicos da AGRAER que atuam nos municípios e que participam do colegiado, mas que não necessariamente representam as questões territoriais.

Muitos membros do Colegiado responderam que o apoio técnico era realizado por um técnico municipal, Federal, ou admitiram não saber. Essa grande quantidade de respostas reforça a falta de informação sobre o funcionamento do Colegiado.

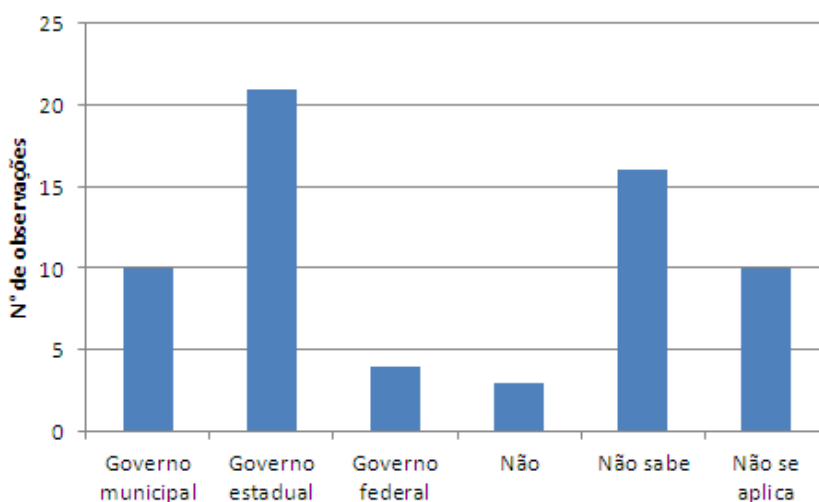


Figura 15. Qual é o técnico que apóia o Colegiado na ausência do assessor técnico.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A falta de informação sobre o Colegiado é confirmada com a informação sobre a periodicidade das reuniões (Figura 16). Nenhuma pergunta obteve mais de 50% das

respostas e 20% dos entrevistados afirmaram não saber. A frequência de reuniões é uma informação de base, fácil de ser lembrada.

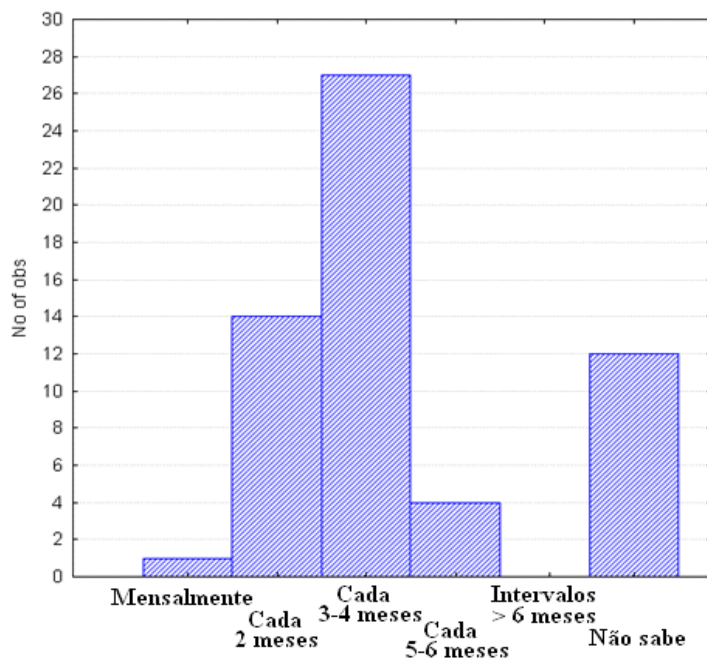


Figura 16. Frequência de reunião da plenária do Colegiado.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Em relação às formas de seleção e eleição de membros ao Colegiado, predominou o convite às organizações, com pouco mais de 50% das respostas. Mais uma vez, a grande variedade de respostas confirma a falta de conhecimento em relação à existência e o papel do colegiado, falta de conhecimento que pode se explicar pela falta de interesse dos membros.



Figura 17. Formas de seleção e eleição dos membros do Colegiado.
 Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Identificou-se que 39,0% dos respondentes afirmaram desconhecer a existência de um documento que trate da visão de futuro do território (Figura 18). Quanto ao papel do colegiado na elaboração do diagnóstico territorial (Figura 19), 66,1% indicaram a participação nas oficinas, enquanto 37,19% indicaram a participação na concepção e elaboração e 22% na revisão.

Dos entrevistados, 18% disseram não saber sobre o papel do colegiado na elaboração do diagnóstico. Vale salientar que na época das entrevistas, o colegiado estava em fase de requalificação do PDTRS. Todos esses resultados reforçam a falta de informações dos membros do Colegiado.

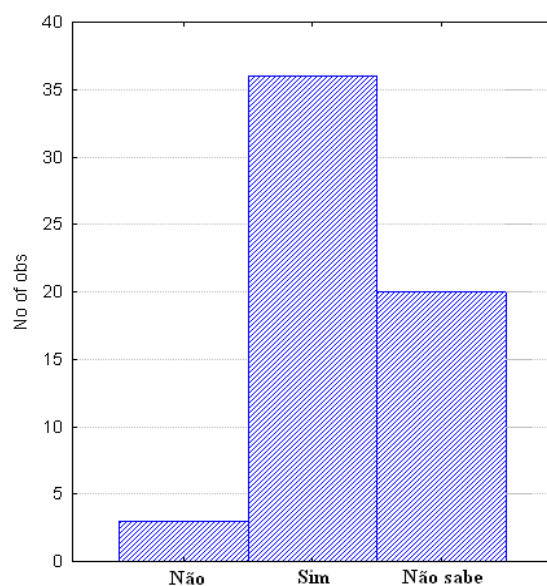


Figura 18. Existência de algum documento que contenha uma visão de longo prazo do território.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Quanto ao papel do colegiado no PDTRS, verifica-se que enquanto dois terços do Colegiado declararam ter participado das oficinas de discussão para elaboração, apenas 37,3% afirmaram ter participado da concepção e elaboração e 22% da revisão. Ressalta-se que 7% declararam não ter participado e 18,6% não saber sobre a questão. Somando-se essas frequências, mais de 25% dos entrevistados (membros do colegiado) demonstraram não ter conhecimento claro sobre o processo de desenvolvimento do PDTRS. A maioria participou apenas de parte do sistema de elaboração.

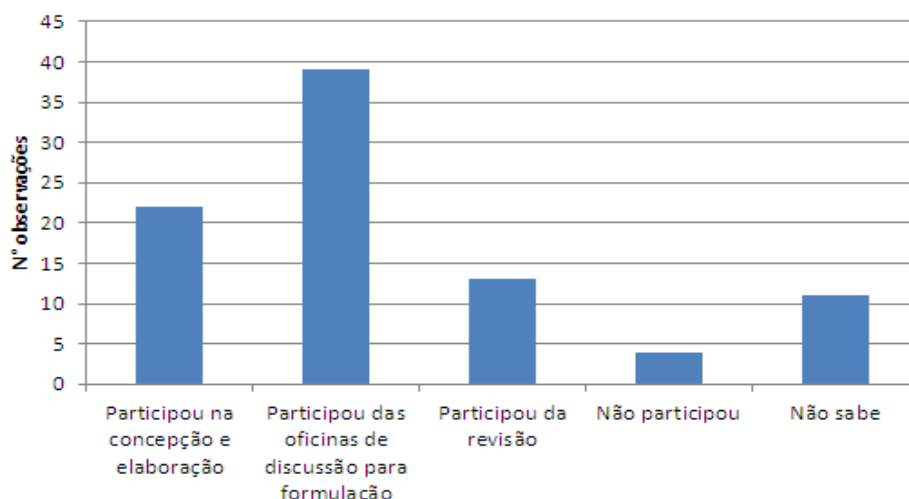


Figura 19. Papel do Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Quanto ao mecanismo mais utilizado para a tomada de decisão no colegiado identificou-se a votação por maioria, com 71,2% das respostas, seguida de acordos por consenso, com 40,68% (Figura 20). O valor superior a 100% indica a possibilidade de escolha de várias alternativas.

A escolha de mecanismos de decisão através a defesa individual de projetos (23,7% das respostas) e a articulação entre grupos de interesse (20,3%) indicam uma situação um tanto precária quanto a decisão coletiva.

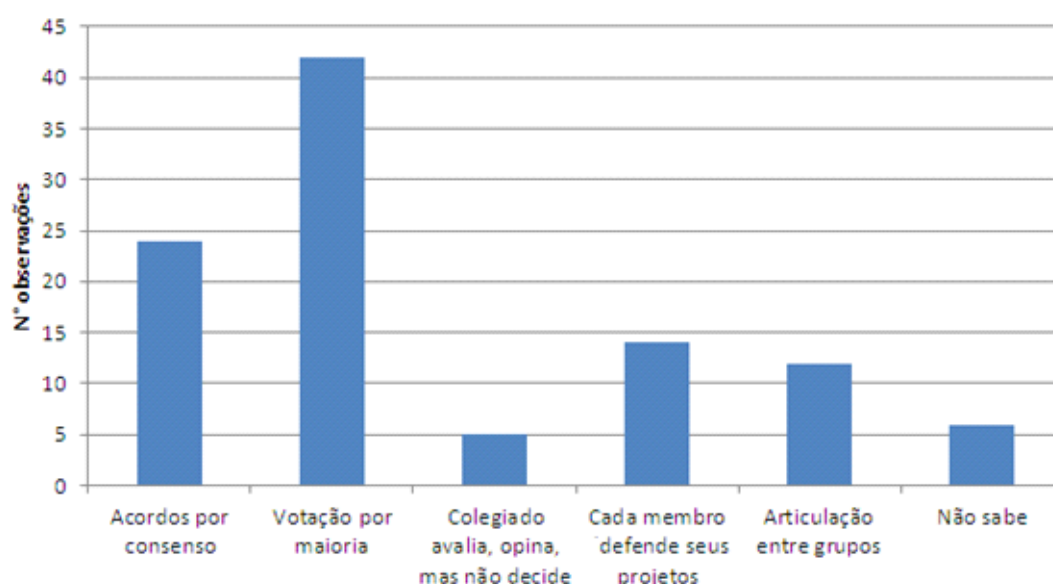


Figura 20. Mecanismos utilizados para a tomada de decisões no Colegiado do território da Grande Dourados.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A maioria dos entrevistados respondeu que as ações do Colegiado eram selecionadas baseadas em critérios (Figura 21). Essa resposta é difícil de avaliar, pois não se sabe que critérios, mas vai de acordo com a segunda resposta que indica análise de viabilidade técnica.

Essas respostas podem ser bastante questionadas, pois não existe assessor técnico no território da Grande Dourados e apenas uma câmera técnica foi implantada, a da piscicultura.

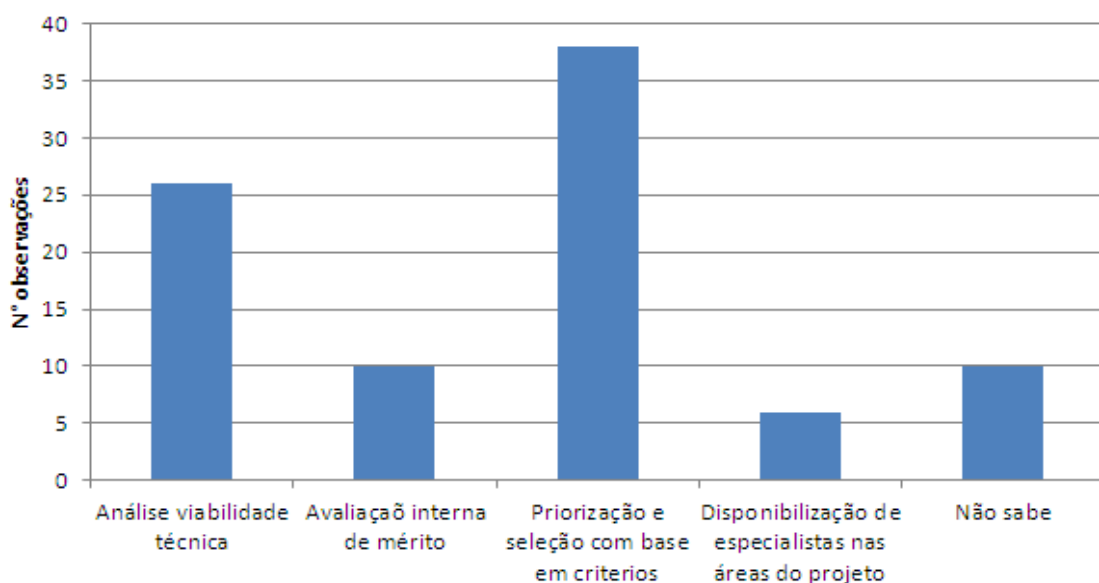


Figura 21. Ações desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Quanto às capacitações realizadas (Figura 22), verifica-se a presença significativa de cursos em elaboração de projetos e desenvolvimento territorial. Identificou-se uma baixa capacitação em planejamento estratégico, o qual é visto tecnicamente como uma etapa relevante para a definição de planos de ação ou projetos.

Apesar da grande quantidade de capacitação recebida pelos membros do Colegiado, os resultados indicam falta de informação sobre o funcionamento do Colegiado e do território, assim como uma baixa participação na elaboração do PDTRS. Em consequência, a eficiência das formações pode ser questionada.

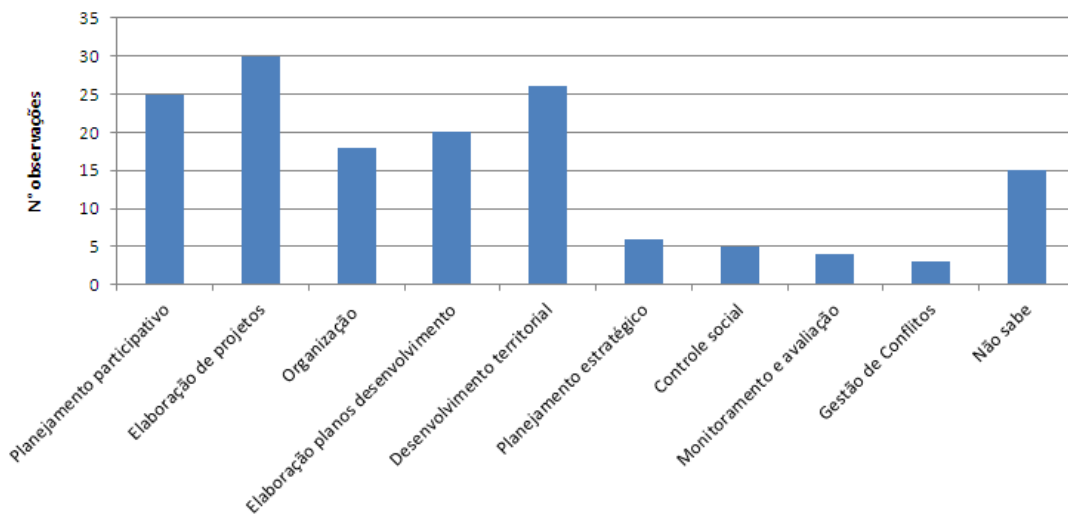


Figura 22. Áreas nas quais os membros do colegiado receberam capacitação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

As representações municipais e estaduais foram indicadas como as que possuem a maior capacidade de decisão no colegiado, seguidas das de agricultores familiares (Figura 23). De fato, esses são quase a totalidade dos membros do colegiado.

A pouca diferença entre os resultados dificulta a interpretação dos dados. No entanto, é possível identificar a baixa participação das Universidades, apesar de existir duas Universidades públicas e várias privadas no território. Esforços poderiam ser realizados para atrair essas Universidades no Colegiado.

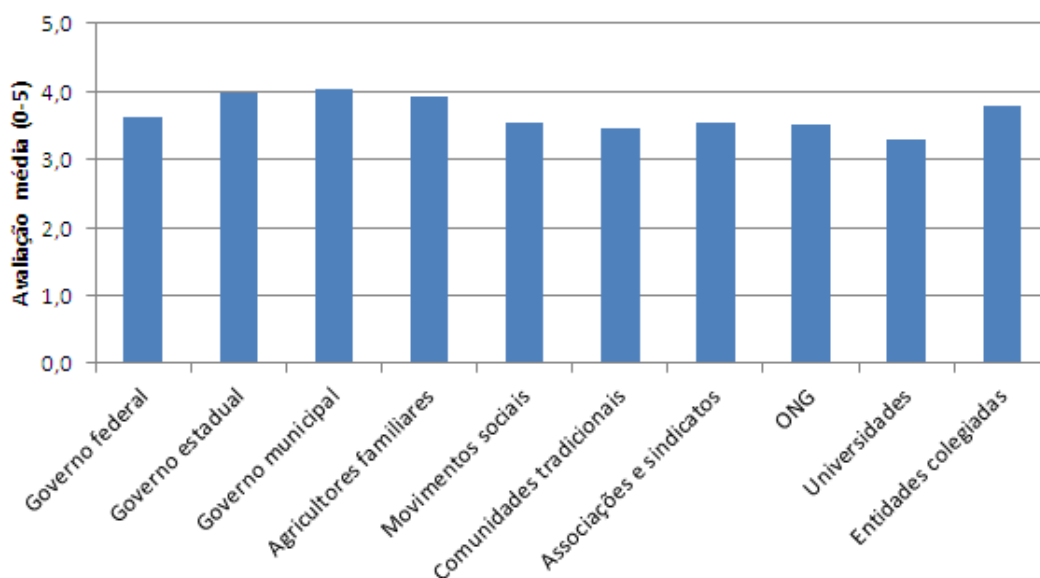


Figura 23. Avaliação da capacidade de decisão dos diferentes membros do colegiado.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A difusão de informações sobre as ações do Colegiado são realizadas, notadamente, via comunicação pessoal (boca a boca) ou coletiva (reuniões comunitárias) (Figura 24). São bastante incipientes as iniciativas de comunicação mais formal e que vise atingir a sociedade em geral. Desta forma, as informações circulam de forma bastante restrita.

É importante ressaltar a importância da internet na difusão, meio citado como mais importante pela maioria dos entrevistados. Esse meio é bastante restritivo e um dos menos indicados para agricultores familiares, cuja maioria possui educação relativamente baixa e não acessa internet.

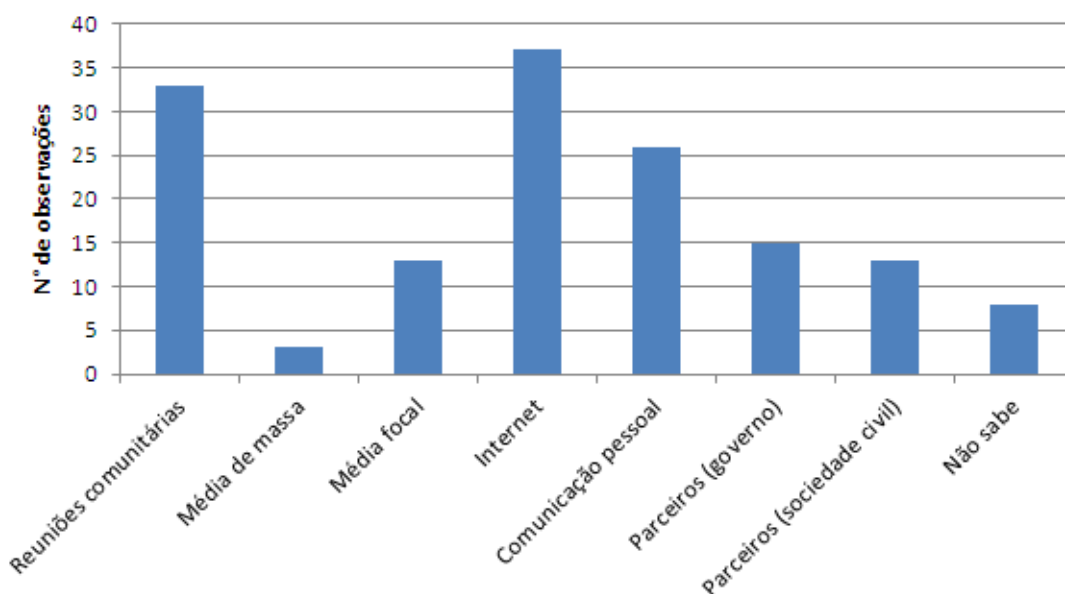
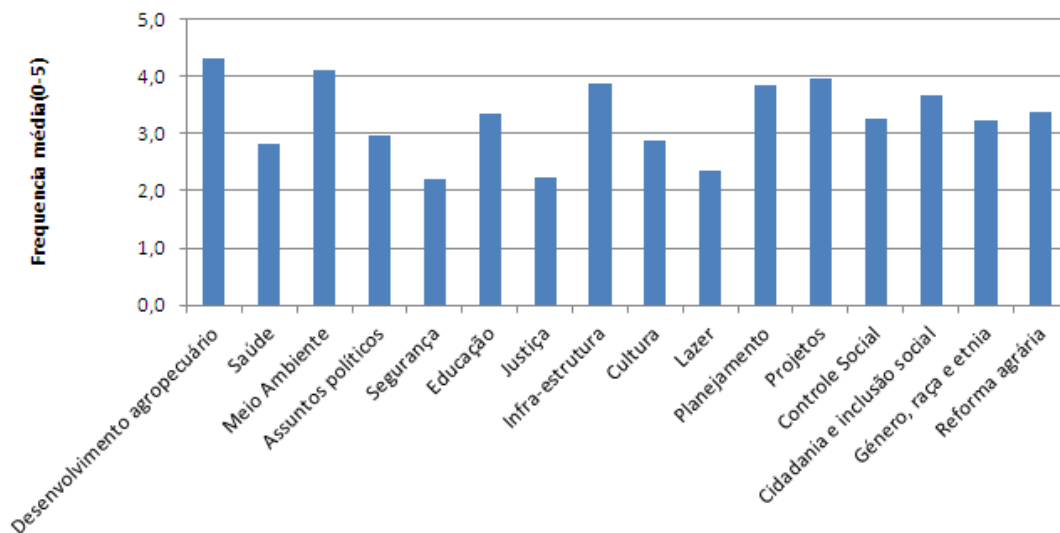


Figura 24. Mecanismos de comunicação utilizados pelo Colegiado para informar suas ações e decisões à comunidade.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os temas mais tratados no Colegiado estão ligados a agropecuário, meio ambiente, planejamento, projetos e infraestrutura (Figura 25). São temas de interesse da maior parte dos membros do Colegiado.

Com baixa frequência, aparecem os temas como controle social, gênero/raça, saúde, lazer e justiça, aspectos importantes para a formação do capital social e que poderiam reforçar a coesão entre os habitantes do território.

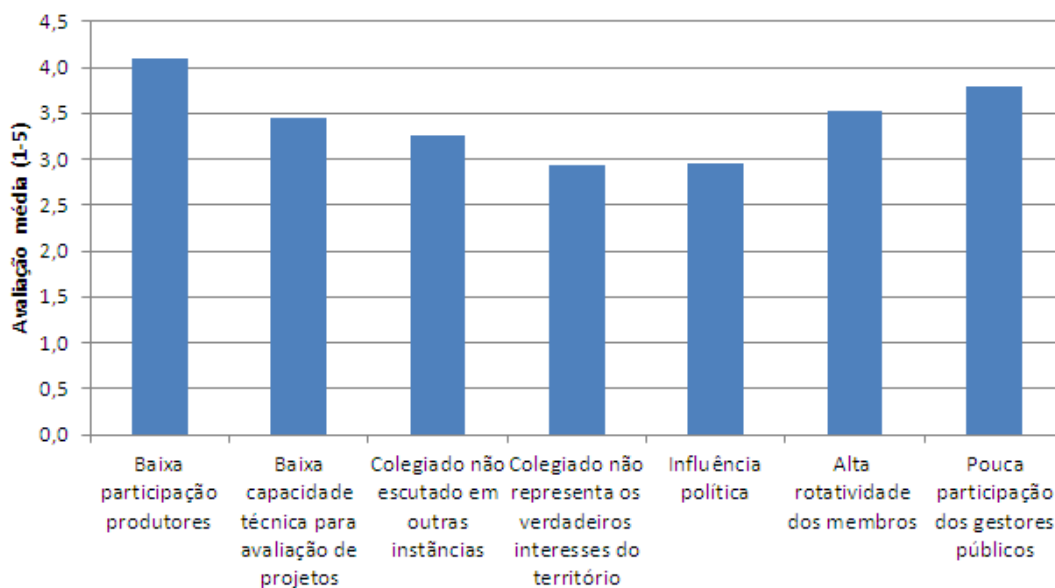


(1= nunca; 5 = sempre)

Figura 25. Frequência de abordagem de diferentes temas no Colegiado.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os principais problemas que atrapalham a gestão do colegiado com mais frequência são as baixas participações dos produtores e dos gestores públicos e a alta rotatividade dos membros. Esse resultado confirma os outros dados do Capítulo de Gestão do Colegiado e apresenta um fato preocupante no sentido de que os agentes em questão, notadamente os públicos, deveriam ter um envolvimento mais efetivo nas questões de desenvolvimento territorial.



(1= prejudica pouco; 5 = prejudica muito)

Figura 26. Principais problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A análise da Gestão do Colegiado indicou um conhecimento muito baixo do funcionamento do Colegiado e do território. Os resultados obtidos mostram uma preocupação dos membros do Colegiado que parece mais individual do que coletivo. As bases para criação de capital social são ausentes e não apareceu existir um interesse em desenvolver ações susceptíveis de reforçar os laços entre os habitantes do Território.

5. AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Os resultados referentes à pesquisa sobre os projetos já finalizados apresentam índices baixos de desempenho, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Índice de avaliação de projetos.

Quadro de Indicadores	
1. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,352
2. Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,577
3. Índices de Impacto	0,406
4. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,410

Legenda:

0,80 - 1,00 = Ótimo
0,60 - 0,80 = Bom
0,40 - 0,60 = Regular
0,20 - 0,40 = Ruim
0,00 - 0,20 = Crítico

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Percebe-se que a fase de planejamento dos projetos apresenta-se como ruim, fato este que reforça a proposta de maior capacitação em planejamento estratégico para os participantes do colegiado. Estes poderiam avaliar melhor os projetos com base em critérios de alinhamento estratégico à visão de futuro e aos eixos temáticos do PDTRS. A contratação de um assessor técnico e a implantação de câmaras técnicas efetivas são ações que poderiam contribuir para a melhoria desse índice.

O baixo valor do índice de planejamento dos projetos foi influenciado, especialmente, pelos aspectos de atividades econômicas (0,24) e organizações locais (0,20) atendidas pelos projetos, consideradas insuficientes. A deficiência no atendimento à esses itens reflete-se, como esperado, nos baixos índices de impacto, especialmente quanto ao tamanho do mercado atingido (0,35) e os benefícios sócio-econômicos-políticos (0,28) obtidos. Se refletem também nos baixos índices de impactos positivos para o desenvolvimento territorial (0,33) e de variação do perfil do público apoiado e atendido pelos projetos (0,36).

Pode-se deduzir que existe uma deficiência significativa na capacidade de se estabelecer o escopo do projeto que contemple o maior número possível de beneficiários, o que prejudica o desempenho sócio-econômico-político. Esses resultados são condizentes com aqueles obtidos na Gestão do Colegiado e que indicaram a falta de interesse no coletivo.

Na sequência é apresentada, de forma sistematizada, a síntese dos resultados da avaliação de cada um dos projetos visitados e avaliados.

1. Fortalecimento da Capacidade Produtiva no Município de Caarapó/MS – 0241224

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Geração de Renda, fortalecimento de cadeias produtivas, desenvolvimento de novas tecnologias, fortalecimento de ações afirmativas de gênero, raça e etnia.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA, Não houve critérios preestabelecidos.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo e Infraestrutura.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, com Organizações da sociedade civil e com entidades de Assistência Técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado prepara a proposta e avalia
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Participam com apoio técnico, Elaboração da proposta e Co-financia e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Bovinocultura, Beneficiamento de produtos, Comercialização, Serviços tecnológicos, Agricultura e Pesca ou aquicultura.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, Redução de custos, Diversificação produtiva, Incorporação de novas técnicas e Desenvolvimento gerencial.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não sabe.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	No âmbito da Prefeitura Municipal com Associação
Os Beneficiários foram informados	Não sabe.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não sabe.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Cooperativa/Associação
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	A partir das receitas geradas pelo empreendimento e Por acesso a recursos da prefeitura.
Prazo de execução das obras do projeto	Não sabe.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, Assentados da Reforma agrária e jovens, sendo atingidos de 80% a 100%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 80% a 100%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Elevou a renda entre 60% e 80%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal, Territorial e Estadual.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Acesso à informação, Capacitação e Divulgação/Marketing. Custo dos insumos, condições de transporte, Desenvolvimento de tecnologia e melhoria da produção.
Recomendações, sugestões e outras informações.	Precisamos de mais recursos para incrementar a produção rural para a agricultura familiar dos indígenas.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

2. Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental e Construção de um Viveiro de Mudanças em Caarapó/MS - 0183863

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Recuperação Ambiental, Fortalecimento de cadeias produtivas, Desenvolvimento de novas tecnologias e Fortalecimento de ações afirmativas de gênero, raça e etnia.

Critério de abrangência do Projeto no Território	Político/Administrativo e ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	População e área comercial.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território e oferta de serviços ambientais..
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, Organizações da sociedade civil e entidades de Assistência Técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, Co-financiamento e apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Bovinocultura, Avicultura, Suinocultura, apicultura, agricultura e população.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade e incorporações de novas técnicas.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não sabe.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura Municipal e não há processo caracterizado de gestão.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim, mas não tem indicadores periódicos de monitoramento do projeto.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	4 a 6 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, e não sabe a porcentagem atingida.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não alterou a renda.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Custo dos insumos e matéria prima, condições de transporte, Capacitação, melhoria da produção e capital de giro.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

3. Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental no Município de Deodópolis/MS - 0183864

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental e fortalecimento da educação no campo.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Político/Administrativo.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Educacional e Direito e cidadania
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceria com Organizações da sociedade civil.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e Produção florestal.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não sabe.

b) *Aspectos da Gestão:*

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura Municipal e não sabe da gestão.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não sabe.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não sabe.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Não sabe.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar e jovens, não sabe a porcentagem.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Não sabe.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não sabe.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não sabe.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Não sabe.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

4. Aquisição de Equipamentos para Apoio a Recuperação Ambiental e Implantação de um Viveiro no Município de Juti/MS - 0183871

a) *Planejamento do Projeto:*

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Recuperação ambiental; Fortalecimento da educação no campo.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Educacional, infraestrutura, culturais e direito e cidadania.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a prefeitura e organizações da sociedade civil.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Aprova a proposta, Co-financiam e Participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Não sabe.
Metas de aumento da Competitividade	Não sabe.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) *Aspectos da Gestão:*

Entidade gestora e gestão do projeto	No âmbito da Prefeitura Municipal.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	4 a 6 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, jovens e mulheres, sendo atingidos de 40% a 60%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos	Não se aplica.

beneficiários	
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Custo dos insumos, condições de transporte, Capacitação e melhoria da produção.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

5. Estruturação do Viveiro de Mudanças do Município em Apoio as pequenas Propriedades Rurais no Município de Jateí/MS - 0276571

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental, Fortalecimento da educação do campo.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Político/Administrativo e ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Educacional, infraestrutura, culturais e direito e cidadania.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a prefeitura e organizações da sociedade civil.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Aprova a proposta, Co-financiam e Participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Produção florestal e turismo rural.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura Municipal é gestora e gestiona o projeto.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora, beneficiários e Colegiado territorial.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Colegiado territorial e associações.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, sendo atingidos de 60% a 80%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não se aplica.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Divulgação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

6. Apoio as Ações de Educação e Preservação Ambiental no Município de Jateí/MS - 0200822

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, da educação do campo e identidade territorial.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental e territórios apoiados pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Educacional, infraestrutura, culturais e direito e cidadania.

O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território, medidas de manejo dos impactos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, sociedade civil, Estado.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Diagnósticos, definição de futuro e de beneficiários.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, co-financiam, avaliam o projeto e participam com apoio técnico
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Produção florestal e turismo rural.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura Municipal, Associação e gestão da Prefeitura Municipal.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora, beneficiários e Colegiado territorial.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Colegiado territorial.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Até 1 ano.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, jovens e mulheres, sendo atingidos de 60% a 80%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não se aplica.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Território.
Dificuldades Encontradas	Acesso a informação, capacitação e divulgação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

7. Aquisição de Tanque Distribuidor de Fertilizantes, Um Microcomputador e um Data Show no Município de Jateí/MS - 0183870

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Geração de Renda, Fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental e Fortalecimento das cadeias locais.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental e territórios apoiados pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, infraestrutura e direito e cidadania.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e oferta de serviços.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, sociedade civil e entidades de Assistência Técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, avaliam o projeto, Co-financiam e participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Bovinocultura, ovinocultura e agricultura.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	No âmbito da Prefeitura Municipal, Associação e ampla participação dos beneficiários.
---	---

Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora e beneficiários.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Associações.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, sendo atingidos de 40% a 60%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Elevou a renda em 35%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal, Território e Estado.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Não se aplica.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

8. Construção Viveiro de Mudanças e Aquisição de Computador, GPS, Impressora, Data Show, Máquina Fotográfica, Tv Vídeo e Retro Projetor no Município de Vicentina/MS - 0183873

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Recuperação ambiental.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, Educacional e infraestrutura.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e entidades de assistência técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e autoriza o desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprova, avalia, co-financia e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	No âmbito da prefeitura municipal e Associação.
Os Beneficiários foram informados	Não.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Colegiado Territorial.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Sim.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, sendo atingidos menos de 40%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Menos de 40%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não alterou a renda.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal. Não sabe. Municipal, Territorial e Estadual.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto	Não se aplica.

obteve?	
Dificuldades Encontradas	Gestão, Custo da matéria prima e capacitação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

9. Apoio e Ações de Educação e Preservação Ambiental no de Vicentina/MS - 0200821

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Não sabe.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, Educacional e infraestrutura.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e entidades de Assistência Técnica
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e autoriza o desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, co-financia e participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	No âmbito da Prefeitura Municipal, Associação e gestão da prefeitura.
Os Beneficiários foram informados	Não se aplica.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Colegiado Territorial.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Sim.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, sendo atingidos menos de 40%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Menos de 40%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Ocorreu um aumento de até 35%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Gestão, Custo de matéria prima e capacitação.
Recomendações, sugestões e outras informações.	Deve ser feita uma complementação no projeto e melhorar a abrangência.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

10. Apoio aos Estudos Territoriais, Assistência Técnica e Bovino Cultura no Município de Glória de Dourados/MS- 0232156

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Geração de renda, desenvolvimento de novas tecnologias e fortalecimento das capacidades locais.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Físico/Geográfico e territórios rurais apoiado pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, infraestrutura e institucionais.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território e medidas de manejo dos impactos ambientais.

Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e entidades de Assistência Técnica
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado prepara a proposta.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e bovinocultura.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, redução de custos, diversificação produtiva, incorporação de novas técnicas, desenvolvimento gerencial e acesso à crédito.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não sabe.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura Municipal.
Os Beneficiários foram informados	Não.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não sabe.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Não sabe.
Estancias de controle social do projeto e estratégias	Não sabe.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não sabe.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Não sabe.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, mulheres e jovens.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Não sabe.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não sabe.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não sabe.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não sabe.
Dificuldades Encontradas	Gestão.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

11. Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental no Município de Glória de Dourados/MS - 0183868

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, das redes sociais, da gestão social, do cooperativismo e das capacidades locais.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Infraestrutura, institucionais, assistenciais e de informação.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e gestão de custos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprova, avalia e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Avicultura, bovinocultura, suinocultura, apicultura, agricultura e grãos.
Metas de aumento da Competitividade	Não sabe.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal e não há um processo de gestão caracterizado.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não sabe.

Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora, beneficiários e colegiado territorial.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Cooperativas/Associações.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Sim.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	2 a 4 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária mulheres e jovens, sendo atingidos de 40% a 60%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Menos de 40%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não sabe.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não sabe.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Território.
Dificuldades Encontradas	Gestão, acesso a informação, capacitação e desinteresse da demanda social.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

12. Apoio ao Diagnóstico Ambiental e ao Monitoramento dos Recursos Naturais, Aquisição de Motocicleta e Calçareadeira no Município de Glória de Dourados/MS - 0200826

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas e recuperação ambiental.
Critério de abrangência do Projeto	Físico/Geográfico.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, Infraestrutura e assistenciais.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e gestão de custos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado prepara proposta é consultado e avalia.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprova e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Bovinocultura, serviços tecnológicos e agricultura.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, redução de custos, diversificação produtiva e incorporação de novas técnicas.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não sabe.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal e não há um processo de gestão caracterizado.
Os Beneficiários foram informados	Não sabe.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não sabe.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Cooperativas/Associações.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Sim.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, sendo atingidos de 40% a 60%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	Menos de 40%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não sabe.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais	Não se aplica.

com o Projeto	
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Gestão, acesso a informação, capacitação e desinteresse da demanda social.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

13. Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental no Município de Douradina/MS - 0183866

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas e educação do campo, recuperação ambiental e desenvolvimento de novas tecnologias.
Critério de abrangência do Projeto	Físico/Geográfico e ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, educacional de comunicação e de informação.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e gestão de custos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e entidades de assistência técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado, avalia e coadministra o projeto..
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprovação, co-financia, avalia o projeto e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e grãos.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal/associações e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Não se aplica.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora, beneficiários e colegiado territorial.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Colegiado Territorial, CEDRS e Sindicatos.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	2 a 4 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar e jovens, não sabendo a porcentagem atingida.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 80% a 100%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não se aplica.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não sabe.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Não sabe.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

14. Apoio e Fortalecimento da Comercialização através da Aquisição de Caminhão no Município de Rio Brilhante/MS - 0305457

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Redução da Pobreza, geração de renda, fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental e fortalecimento das capacidades locais.
Critério de abrangência do Projeto no Território	Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA e recorte territorial utilizado em outras políticas públicas.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo	Produtivo e direito e cidadania.

Projeto	
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e gestão de custos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e entidades de assistência técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado, avalia e autoriza desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprovação, avalia o projeto e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e comercialização.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, redução de custos, diversificação produtiva e incorporação de novas técnicas.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Sim.

a) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal/associações e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não sabe.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Até 1 ano.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar e assentados da reforma agrária, com atendimento de 60% a 80%.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Elevou a renda entre 35% e 70%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal e Estadual.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Gestão, acesso à informação e capacitação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

15. Aquisição de Computador, GPS, Impressora, Data Show, Máquina Fotográfica, Tv Vídeo e Retro Projetor no Município de Rio Brillhante/MS - 0183872

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental e fortalecimento da educação do campo.
Critério de abrangência do Projeto dentro do Território	Político/Administrativo.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, educacional, assistenciais, de comunicação, de informação e direito e cidadania.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais, uso sustentável de recursos e oferta de serviços ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, organizações da sociedade civil e entidades de assistência técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado prepara a proposta e autoriza desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e Produção florestal.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Beneficiários.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Até 1 ano.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, mulheres e jovens, com atendimento acima do número de beneficiários previsto.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	100% com necessidade de ampliação.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não se aplica.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Gestão.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

16. Apoio as Ações de Educação Ambiental no Município de Rio Brilhante/MS - 0200817

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, recuperação ambiental e fortalecimento da gestão social.
Critério de abrangência do Projeto dentro do Território	Político/Administrativo, ambiental, Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Educacional, saúde, institucionais, culturais e direito e cidadania.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais, uso sustentável de recursos, gestão de custos ambientais e oferta de serviços ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, organizações da sociedade civil e entidades de assistência técnica.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado avalia e autoriza desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboração da proposta, aprova, avaliam o projeto e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e Produção florestal.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realização de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal, movimentos sociais e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora e beneficiários.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	Até 1 ano.

Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, mulheres e jovens, com atendimento de 40% a 60% dos beneficiários previsto.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	de 40% a 60%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não se aplica.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município e Território.
Dificuldades Encontradas	Gestão, Capacitação e Desinteresse da demanda social.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

17. Apoio Apicultura por Meio da Estruturação da Central de Envasamento de Mel do Território da Grande Dourados no Município de Rio Brillante/MS - 0232155

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Fortalecimento de cadeias produtivas, geração de renda, recuperação ambiental e desenvolvimento de novas tecnologias.
Critério de abrangência do Projeto dentro do Território	Político/Administrativo e Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, infraestrutura produtiva e assistencial.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos naturais do território.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura e organizações da sociedade civil.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado e autoriza desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Elaboram a proposta, aprovam, avaliam o projeto e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Apicultura, beneficiamento de produtos e comercialização.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, redução de custos, diversificação produtiva, incorporação de novas técnicas, estratégias de mercado, aumento de capital de giro e acesso a crédito.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Sim.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal, associações e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora e beneficiários.
Estancias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS, Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal e a partir das receitas geradas pelo empreendimento.
Prazo de execução das obras do projeto	Até 1 ano.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar e assentados da reforma agrária, com atendimento de 80% a 100% dos beneficiários previsto.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	De 100% com necessidade de ampliação.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Elevou a renda de 35% a 70%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Municipal, territorial e estadual.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Divulgação e marketing.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

18. Apoio as Ações Territoriais para A Educação Ambiental e Recuperação Ambiental no Município de Dourados/MS - 0183865

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Geração de renda, fortalecimento de cadeias produtivas, das redes sociais, da gestão social, recuperação ambiental e fortalecimento da educação do campo.
Critério de abrangência do Projeto dentro do Território	Físico/Geográfico, ambiental, Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, Educacional, saúde, infraestrutura social, infraestrutura produtiva, culturais e assistenciais.
O projeto contempla aspectos ambientais	Medidas de manejo dos impactos ambientais e uso sustentável de recursos.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura.
Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado avalia e autoriza desembolso.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Colegiado aprova proposta e participa com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura e Produção florestal.
Metas de aumento da Competitividade	Aumento da produtividade, redução de custos, diversificação produtiva e incorporação de novas técnicas.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Sim.

b) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal e gestão no âmbito do município.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Técnicos da entidade executora, beneficiários e colegiado territorial.
Estâncias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e colegiado territorial.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Não.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	De 1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, mulheres, quilombolas, indígenas e jovens, com atendimento acima do número de beneficiários previsto.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	de 60% a 80%.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Não sabe.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Territorial.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Município.
Dificuldades Encontradas	Desenvolvimento de novas tecnologias.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

19. Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental e Tanque de distribuição de Dejetos no Município de Itaporã/MS - 0183869

a) Planejamento do Projeto:

Discriminação da Pergunta sobre o Projeto	Respostas dos Entrevistados
Objetivos do projeto	Recuperação ambiental e fortalecimento da educação do campo.
Critério de abrangência do Projeto dentro do Território	Físico/geográfico e ambiental.
Atividades da sociedade foram atendidas pelo Projeto	Produtivo, educacional, saúde, culturais, assistenciais e de informação.
O projeto contempla aspectos ambientais	Uso sustentável de recursos e gestão de custos ambientais.
Parcerias firmadas na implantação do Projeto	Parceiras com a Prefeitura, Governo do estado e entidades de assistência técnica.

Papel do colegiado na definição do Projeto	Colegiado é consultado.
Papel das entidades Públicas na concepção do Projeto	Participam com apoio técnico.
Atividades econômicas que foram promovidas pelo Projeto	Agricultura, suinocultura, serviços tecnológicos e educação ambiental.
Metas de aumento da Competitividade	Não se aplica.
Ocorreu a realizado de estudo de viabilidade econômica do Projeto	Não se aplica.

a) Aspectos da Gestão:

Entidade gestora e gestão do projeto	Prefeitura municipal, associações e com ampla participação dos beneficiários.
Os Beneficiários foram informados	Sim.
Foram definidos indicadores de acompanhamento e monitoramento	Sim.
Responsáveis pelo monitoramento do Projeto	Beneficiários e CMDRS.
Estancias de controle social do projeto e estratégias	CMDRS e Cooperativa/Associação.
Capacidade de funcionamento e materiais ociosos do Projeto	Sim.
Como é mantida a estrutura existente do Projeto	Por acesso a recursos da prefeitura municipal.
Prazo de execução das obras do projeto	De 1 a 2 anos.
Público atendido e proporção	Agricultura Familiar, pescadores/ribeirinhos, mulheres e jovens, com atendimento acima do número de beneficiários previsto.
Proporção de operação da capacidade instalada do Projeto	100% com necessidade de ampliação.
O projeto impactou na geração da renda dos beneficiários	Elevou a renda em até 35%.
Os beneficiários atingiram mercados adicionais com o Projeto	Não se aplica.
Qual a abrangência sociocultural que o Projeto obteve?	Não se aplica.
Dificuldades Encontradas	Condições de transporte e Capacitação.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados – MS. (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

6. ICV (ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA) X IDS (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

Esse Capítulo apresenta os resultados da pesquisa ICV – agricultura familiar e indica o desempenho mediano do território, segundo a percepção dos entrevistados.

Tabela 4. Índice de Condições de Vida (ICV) da agricultura familiar, no TR da Grande Dourados.

Índice de Condições de vida	0,562	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0,551	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0,547	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,589	Médio

Legenda: 0,00 – 0,20: Baixo; 0,20 – 0,40: Médio Baixo; 0,40 – 0,60: Médio; 0,60 – 0,80: Médio alto; 0,80 – 1,00: Alto.

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Ao se analisar os indicadores individualmente, identificam-se os aspectos mais críticos, conforme Tabelas a seguir, referentes aos efeitos do desenvolvimento.

Os resultados relacionados aos fatores de desenvolvimento, isto é, os fatores considerados direcionadores do desenvolvimento, são apresentados na Tabela 5. A identificação dos quatro piores índices (programas de governo, presença de instituições, acesso a crédito e acesso a assistência técnica), permite concluir que aspectos relacionados as ações do governo são percebidos como precários. Esses fatores são bastante importantes para o atendimento das especificidades do desenvolvimento da agricultura familiar.

Tabela 5. Fatores de Desenvolvimento, para os agricultores familiares, no território da Grande Dourados.

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,566	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,654	122	0,000	1,000	0,338
1.2. Mão de obra familiar	0,643	122	0,000	1,000	0,334
2. Área utilizada para produção	0,635	122	0,000	1,000	0,333
3. Escolaridade	0,590	122	0,000	0,750	0,315
4. Condições de moradia	0,680	122	0,000	1,000	0,355
5. Acesso aos mercados	0,680	122	0,000	1,000	0,353
6. Programas do Governo	0,354	89	0,000	1,000	0,227
7.1. Acesso a crédito	0,457	122	0,000	1,000	0,276
7.2. Acesso a assistência técnica	0,541	122	0,000	1,000	0,301
8. Presença de Instituições	0,439	122	0,000	1,000	0,280

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Na análise dos efeitos do desenvolvimento para os agricultores familiares (Tabela 6), a participação em atividades culturais (0,34) apresenta um baixo índice, o que reforça a necessidade de que questões relacionadas a esse tema seja foco de discussões no Colegiado e que, por sua vez, possam ser objeto de ações/projetos específicos. Esse tema foi um dos

menos citados como foco de discussões no Colegiado e pode ser importante para o desenvolvimento de capital social.

Tabela 6. Indicadores de desenvolvimento, para os agricultores familiares, no território da Grande Dourados.

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,589	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,743	291	0,000	1,000	0,139
18. Condições de saúde	0,680	291	0,000	1,000	0,174
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,850	291	0,000	1,000	0,248
20. Situação econômica	0,638	291	0,000	1,000	0,189
21. Situação ambiental	0,537	291	0,000	1,000	0,209
22. Participação em organizações comunitárias	0,502	291	0,000	1,000	0,313
23. Participação política	0,417	291	0,000	1,000	0,315
24. Participação em atividades culturais	0,347	291	0,000	1,000	0,315

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Comparando os resultados da Tabela 6 com os da Tabela 7, que considera apenas os agricultores familiares com produção, percebem-se resultados bastante similares.

Nos dois casos vale a pena ressaltar as baixas participações políticas e em organizações comunitárias dos agricultores. Esses resultados indicam uma pequena participação dos produtores na vida comunitária, que condiz com os resultados obtidos na Gestão do Colegiado e na Identidade.

Uma baixa participação dos agricultores familiares dificulta a implantação de uma gestão territorial participativa.

Tabela 7. Indicadores de desenvolvimento, para os agricultores familiares com produção, no território da Grande Dourados.

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,569	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,793	23	0,000	1,000	0,218
18. Condições de saúde	0,728	23	0,000	1,000	0,202
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,850	23	0,000	1,000	0,231
20. Situação econômica	0,696	23	0,000	1,000	0,195
21. Situação ambiental	0,554	23	0,000	0,750	0,158
22. Participação em organizações comunitárias	0,435	23	0,000	1,000	0,153
23. Participação política	0,326	23	0,000	0,750	0,124
24. Participação em atividades culturais	0,228	23	0,000	1,000	0,099

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Os resultados apresentados condizem com os resultados obtidos na pesquisa IDS, onde os indicadores culturais apresentam baixos índices, conforme Tabela 8. Fica bastante evidente o baixo envolvimento institucional com a temática cultura.

Tabela 8. Indicadores Culturais, para os agricultores familiares, no território da Grande Dourados.

3- DIMENSÃO 2: INDICADORES CULTURAIS	0,277
Índice de Gestão Municipal em Cultura - IGMC	0,276
Índice de Fortalecimento Institucional - IGMG-FI	0,311
Índice de Infra-estrutura e Recursos Humanos - IGMC-IH	0,273
Índice de Ação Cultural - IGMC-AC	0,248

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

A formação educacional e cultural da sociedade são fatores importantes para a formação do capital social. O capital social é imprescindível para a integração entre os membros da comunidade e a coesão social, e facilita as organizações coletivas. O baixo nível dos indicadores culturais se reflete nos resultados já mencionados sobre a baixa participação em organizações comunitárias e ações políticas.

Apesar do baixo nível dos Indicadores Sociais, verificou-se na Tabela 6 que a questão de alimentação e nutrição apresenta índice satisfatório (0,74), segundo os entrevistados, assim como a situação econômica, considerada média-alta (0,63).

No entanto, quando considerados os resultados da pesquisa IDS apresentados na Tabela 9, verifica-se que os resultados são críticos.

Tabela 9. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, no território da Grande Dourados.

Índice de Desenvolvimento Sustentável	0,386
1. Político - Institucional	0,646
2. Cultural	0,277
3. Social	0,486
4. Econômico	0,265
5. Ambiental	0,354
6. Demográfico	0,573

Legenda IDS:

0,00 - 0,20 = Alta Possibilidade de Colapso

0,20 - 0,40 = Nível Crítico

0,40 - 0,60 = Nível Instável

0,60 - 0,80 = Nível Estável

0,80 - 1,00 = Nível Ótimo

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Apesar da baixa participação política dos agricultores familiares e das deficiências na gestão do Colegiado, o índice político foi o melhor dos índices usados para o cálculo do IDS. Os índices econômicos e sociais são de longe os dois piores, seguido do ambiental.

A renda não é a principal preocupação em relação aos indicadores econômicos (Tabela 10). A distribuição de renda, os rendimentos e a situação da agricultura familiar são os índices de maior preocupação. A falta de exportações pode ser considerada uma decorrência dos baixos índices nesses itens. O baixo desempenho dos fatores ligados às

atividades de apoio do governo, evidenciado na Tabela 5 sobre fatores de desempenho, pode explicar os resultados obtidos.

Tabela 10. Indicadores econômicos, para os agricultores familiares, no território da Grande Dourados.

5- DIMENSÃO 4: INDICADORES ECONÔMICOS	0,265
IDH Renda	0,691
Participação da agricultura no PIB	0,314
Rendimento agrícola	0,060
Agricultura familiar	0,009
Exportações	0,032
Gini Renda	0,032

Fonte: SGE/CAI Território da Grande Dourados - MS

Com base nos fatos apresentados, faz-se necessária uma maior reflexão sobre o descompasso entre a percepção das pessoas sobre qualidade de vida (dados primários) e os indicadores de desenvolvimento sustentável (dados secundários). Algumas hipóteses surgem:

- o grau de exigência da população quanto o que seja qualidade de vida é baixo;
- qualidade de vida, para a população rural, refere-se basicamente ao acesso a alimentos e moradia;
- o método de obtenção de dados não conseguiu captar, de fato, a percepção sobre qualidade de vida.

7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO

Com base nos resultados das pesquisas e no conhecimento adquirido sobre o contexto real do Território e, principalmente, sobre a situação atual do Colegiado Territorial da Grande Dourados, seguem algumas considerações.

Considerando-se o papel fundamental do Colegiado Territorial enquanto esfera de integração de organizações e de articulação em prol da gestão social, torna-se relevante destacar sua atual situação de funcionamento. A pesquisa “Gestão do Colegiado” deixa transparecer importantes entraves existentes no funcionamento do colegiado, aspectos que dificultam o atingimento de seus objetivos principais. Objetivos esses, reduzidos com frequência à realização de projetos de investimento.

A alta rotatividade dos membros do Colegiado, a frágil participação de representantes efetivos dos agricultores familiares, o baixo comprometimento de gestores públicos municipais, são fatores que precisam ser pensados como desafios a serem enfrentados e vencidos. Sem esse enfrentamento, dificilmente ocorrerá o fortalecimento do Colegiado enquanto organização catalisadora da gestão social.

Ao questionar-se sobre a causa dos fatores apontados acima, algumas respostas podem ser delineadas. Resultados do ICV podem favorecer algumas análises, como a de que as pessoas do meio rural não se caracterizam por razoável participação em ações coletivas comunitárias. Incorporando a percepção dos entrevistadores do ICV, identificou-se com frequência a acomodação dos entrevistados com essa situação, não havendo demonstração efetiva de que se houvesse oportunidade, a sua participação seria maior.

Sintetizando esses resultados, constata-se o baixo capital social presente nos territórios rurais, fato esse que não favorece as ações cooperativas e tão pouco as iniciativas de gestão social.

Outro aspecto, citado por membros do Colegiado, considerado uma possível razão aos problemas, é o fato de que são poucos os recursos disponibilizados para ações de maior mobilização para a integração territorial. Sendo que as plenárias tornam-se o único momento de discussão coletiva. Porém, sendo esse um momento raro, cabe aqui refletir se o mesmo tem sido bem aproveitado para o alcance dos objetivos principais do Colegiado.

Acompanhando as sessões, percebe-se uma tendência à centralização das discussões sobre a realização de projetos de investimento, fato confirmado por resultados

da pesquisa “Gestão do Colegiado” (Q3_P19). Temas como controle social, cidadania, educação, lazer, cultura, são pouco discutidos. À ausência das temáticas culturais nas ações do Colegiado associam-se os poucos investimentos públicos nesse setor, conforme ilustram os baixos índices dos Indicadores Culturais no Território, obtidos pela pesquisa IDS. Lembrando, novamente, que a formação do capital social depende, especialmente, da formação educacional e cultural da sociedade, sendo importante fonte de integração e coesão social, facilitando as organizações coletivas.

Importante aspecto a considerar quanto ao funcionamento do Colegiado, refere-se à dificuldade na formação e participação do Núcleo Diretivo, o qual ao exigir uma maior participação, acaba sendo considerado pouco atraente, notadamente, para representantes da sociedade civil, ou melhor, dos agricultores familiares. Verifica-se, então, que o mínimo funcionamento do Colegiado se dá pela atuação de pessoas representantes da AGRAER (Agência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural) apesar de sua constituição ser paritária (Poder Público x Sociedade Civil). É uma preocupação real da direção do Colegiado, como atrair representantes da sociedade civil que participem efetivamente do Núcleo Diretivo. Sendo assim, pode-se questionar até que ponto o futuro do Colegiado está garantido e, mais importante, ele se tornará de fato uma organização identificada com a sociedade civil ou com o poder público? Quais as chances do Colegiado evoluir efetivamente em direção das propostas de gestão social?

Se, por um lado, pode-se tratar a gestão social como finalidade, pode-se também pensá-la como meio de operacionalização. Nesse sentido, percebe-se que ainda são quase inexistentes arcabouços teóricos voltados à gestão de organizações baseadas em rede de parcerias, como é o caso do colegiado territorial.

Segundo Tenório (2003), a gestão social deve propor um gerenciamento participativo no qual o processo decisório seja exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. O autor argumenta que gestão social é um conjunto de processos sociais desenvolvidos pela ação gerencial, sendo a articulação entre as suas necessidades administrativas e políticas colocadas pelas exigências da democracia e cidadania para a potencialização do saber e competência técnica e o poder político da população. Nesse contexto, preconiza a importância das funções gerenciais (planejar, organizar, dirigir e controlar) e as competências do gestor para uma gestão social eficaz. Nesse aspecto, verifica-se a dificuldade de operacionalização do Colegiado. A adoção de práticas

organizacionais mínimas deveria nortear o funcionamento dessa organização com vistas a contribuir para a gestão de parcerias, fator fundamental para estruturas em rede.

Nesse sentido, Junqueira (2000) afirma: “nas redes os objetivos definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública, seja estatal ou privada, desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo”.

No entanto, o alcance de objetivos coletivos depende da exata compreensão de quais são esses objetivos e de qual o papel de cada membro da rede nesse processo. A ausência desse entendimento dificulta a realização de projetos caracterizados por recursos escassos e problemas complexos, envolvendo múltiplos atores, públicos e privados, bem como uma crescente demanda por benefícios e participação cidadã (Fleury e Overney, 2007).

A análise dos projetos realizados pelo Colegiado evidencia a ausência de propostas realmente integradoras de ações territoriais.

Os projetos são voltados essencialmente para o setor produtivo, a infraestrutura produtiva e o setor educacional. Projetos produtivos estão destinados a criação de empregos e a melhoria de renda da população local. No entanto, o sucesso desse tipo de projeto passa por uma avaliação técnica anterior, o que não está ocorrendo nos territórios pesquisados. Na análise verifica-se também a pouca importância do plano de comercialização, aspecto imprescindível para o sucesso dos projetos.

Todos os projetos no Território da Grande Dourados estão focalizados em apenas um município, sem integração territorial, e a gestão dos projetos ocorre, essencialmente, em nível das prefeituras municipais.

A implementação de projetos, de âmbito municipal, limita os incentivos para a integração entre os municípios. A criação de mecanismos institucionais para a integração territorial, fator identificado como necessário pelo MDA, passa pela implantação de linhas de financiamento de projetos maiores, com necessidade de participação intermunicipal.

De fato, o envolvimento e a participação dos atores locais na gestão de projetos que beneficiem a comunidade local apresentam-se bastante reduzidos e limitados a poucas pessoas, essencialmente órgãos do poder público. A ação dos Colegiados não é integrada ao Território, uma vez que muitos de seus membros não se interessem em participar. As decisões acontecem em pequenos grupos, o que dificulta a elaboração de um planejamento territorial com representação dos interesses da população. A participação efetiva dos atores locais nos processos de identificação, planejamento, implementação e gestão de projetos ligados a demandas locais não está acontecendo.

8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO

Considerando-se os resultados obtidos nas pesquisas, alguns aspectos críticos identificados em reuniões com representantes do colegiado e em nossa observação pessoal, algumas ações podem ser delineadas.

Inicialmente, sugere-se que haja um trabalho mais dedicado ao fortalecimento do Colegiado no sentido de minimizar as principais dificuldades identificadas, tais como: baixa participação da sociedade civil, dificuldades na gestão operacional do colegiado, baixo comprometimento dos membros com as atividades rotineiras do colegiado, sentimento de impotência diante de questões administrativas e políticas, ausência de apoio técnico efetivo.

Diante disso, algumas ações são propostas, a saber:

- capacitação dos membros do núcleo diretivo em método de planejamento estratégico, com o objetivo de melhorar a compreensão sobre os objetivos principais da organização, assim como definir melhor os papéis de cada participante do colegiado no processo de gestão social;
- avaliação geral das práticas de gestão organizacional utilizadas no funcionamento do colegiado, enquanto uma organização caracterizada como uma rede de atores públicos e representantes da sociedade civil organizada, voltada a gestão social;
- ampliação da participação de representantes da sociedade civil nas atividades de gestão do colegiado, buscando a sistematização de um processo de atração de pessoas interessadas e comprometidas com trabalho voluntário e coletivo;
- fortalecer a capacidade do colegiado em realizar a gestão dos recursos que são disponibilizados pelo programa ao funcionamento do mesmo, diminuindo a assimetria informacional entre os diversos agentes envolvidos (MDA/SDT, DFDA-MS, ONGs parceiras, Universidade,...); e
- ampliar a troca de experiências com os demais colegiados territoriais atuantes no MS, de modo a identificar oportunidades de ações conjuntas e de práticas a serem compartilhadas.

De fato, as propostas visam iniciar um processo efetivo de fortalecimento do Colegiado no sentido de torná-lo apto a realmente conduzir a implementação do programa no território, consciente de seu papel e de seu valor enquanto agente de mudança social.

Um ponto importante a ser trabalhado, refere-se à compreensão do que seja conduzir uma estrutura em rede, em que cada participante deve colaborar de alguma forma com o alcance de um objetivo comum. No caso do Colegiado, cabe ressaltar que cada participante é representante de uma organização e, como tal, deve exercer seu papel de difusor e catalisador de ações junto aos demais. Deve-se buscar a efetiva participação de parceiros com propósitos parecidos, como os CMDRSs que se propõem a gestão social em âmbito municipal. Somente assim, será possível ampliar a base de atuação do programa de forma sustentável.

ANEXO: Validação de instrumentos e procedimentos

Em relação ao questionário ICV (Q4), de maneira geral, simplificar as perguntas e evitar perguntas com várias interpretações.

Nas questões “12) Você acha que sua produção é... (anote o código da resposta no quadrado)” e “13) As fontes de renda ou de ganhos em dinheiro em sua família são... (anote o código da resposta no quadrado)”, parte dos respondentes não entendeu o conceito de variada confundindo-o com variável. Poderia ser incluída uma explicação do conceito.

Nas questões 22, 23 e 24, relacionadas à participação política, comunitária e cultural, seria interessante perguntar se a pessoa participa, ante de perguntar o que ela acha da participação, pois, muitos disseram que não participavam, mas, achavam isso bom, pois não gostam de participar.

Em relação aplicação do questionário ao seguimento sem produção, deveria ser aplicado em sua totalidade, excluindo-se apenas as questões relacionadas à produção.

No questionário Identidade Territorial (Q2) especialmente e nos outros de maneira geral, a partir da análise das respostas tabuladas na página do SGE, foi constatada uma grande dificuldade, para não dizer a impossibilidade, de conseguir diferenciar as médias em todas as perguntas com nota de 1 a 5. Nesse caso, a maioria dos entrevistados escolheu respostas similares para todos os elementos avaliados, homogeneizando os resultados. Uma sugestão seria a troca desse tipo de pergunta e o pedido de classificação dos elementos por ordem de importância (1=mais importante, 2 = segundo mais importante,...). Essa estratégia força o entrevistado a escolher e permite uma classificação melhor.

Na avaliação da capacidade institucional (Q1), a avaliação dos mecanismos de resolução de conflitos (Q1 – P19) considerou notas maiores quando se recorria a mais mecanismos. No entanto, os mecanismos não são adicionais e não é porque existem quatro deles que o sistema é mais eficiente que nos lugares onde apenas um é usado. Além do mais, nas respostas possíveis existem dois mecanismos mais formais (juízes, autoridades municipais) e dois informais (conselhos comunitários e membros da comunidade). Para o bom funcionamento de um território, onde aspectos informais são importantes, deveria se diferenciar os dois tipos de mecanismos.

Em relação ao Q3 “Acompanhamento da Gestão do Colegiado”, durante as entrevistas, alguns entrevistados disseram informalmente que o questionário não estava avaliando os reais problemas do Colegiado, desta forma sugere-se incluir questões sobre:

- dificuldades que os delegados têm em participar das reuniões e conduzir ações do Território no seu dia-a-dia;
- problemas que estes identificam na gestão do Colegiado (coordenação, agendas, metodologia de condução de reuniões, etc.);
- demandas por capacitações;
- dificuldades para se trabalhar projetos territoriais.